

A REUNIFICAÇÃO ALEMÃ E A CONSOLIDAÇÃO DO PAÍS COMO A MAIOR ECONOMIA DA EUROPA

Bárbara Hackmann*

RESUMO

Este artigo pretende elucidar a reunificação alemã sob o caráter econômico e mostrar como o país conseguiu se estabelecer como a maior economia do continente europeu. O processo de reunificação teve elevados custos econômicos e tornou a Alemanha um país frágil nessa esfera, culminando no desenvolvimento da Agenda 2010 a partir dos princípios da Economia Social de Mercado. Assim, este artigo visa entender como a aplicação prática dessa ideologia alçou a Alemanha como a mais sólida força econômica no continente.

Palavras-chave: Teorias Clássicas; Continente Africano; Teoria Crítica.

ABSTRACT

This article aims to elucidate the German reunification through its economic character and show how the country was able to establish itself as the major economic power in the European continent. The process of reunification had high economic costs and made Germany a fragile country in this field, resulting in the development of the Agenda 2010 forged by the principles of the Social Market Economy. Therefore, this article aims to comprehend how the practical application of this ideology raised Germany as the most solid economic power in the continent.

Keywords: Classical theories; African continent; Critical Theory.

Desde a sua reunificação, a Alemanha assumiu um papel protagonista nas relações intrabloco da União Europeia, seja para impulsionar o alargamento de tal bloco, seja para consolidar a união monetária (BECK, 2015). Assim, com o seu aumento de território, de população e, principalmente, de economia, o país tem buscado se inserir no sistema global como líder europeu através da sua agenda de política externa voltada para a União Europeia (KUNDNANI, 2011). Além disso, o Bundesbank (Banco Central Alemão) consegue transplantar os seus posicionamentos para o bloco europeu como um todo (NUNES, 2012), alterando a dinâmica de poder no continente e, com isso, garantindo dois polos – Berlim e Frankfurt (BECK, 2015).

Compreender a Alemanha e o seu modelo econômico perpassa, desse modo, conhecer o processo de reunificação do país na década de 1990, bem como as estratégias adotadas para impulsionar o crescimento nacional e tornando-a, enfim, de maneira inquestionável a maior economia europeia. Em consequência disso, Berlim tem se apresentado como o principal polo de tomada de decisões relativas à crise da dívida soberana europeia. Consolidando-se como motor econômico europeu 25 anos depois da queda do muro da sua capital, a Alemanha é vista como a responsável pelas medidas de austeridade que os países mais endividados tiveram que acatar. A solução exportada pela Alemanha ainda acarretou diversos déficits comerciais para os outros países europeus, como Portugal e Espanha (NUNES, 2012). Ademais, com isto, verifica-se a consolidação da Alemanha como uma potência geoeconômica, que se vale das suas estruturas domésticas, econômicas e sociais para projetar o seu poder no bloco europeu (KUNDNANI, 2011). Um importante ponto nessa esfera é a aplicação prática da Economia Social de Mercado através da Agenda 2010.

Tendo em vista os elementos acima destacados, pergunta-se: Como a Alemanha, após o seu processo de reunificação, consolidou-se como a maior economia da União Europeia? O presente artigo apresenta, dessa forma, como objetivo geral identificar como a Alemanha conseguiu se estabilizar como a maior economia

do bloco europeu no período imediatamente anterior à eclosão da crise da dívida soberana logo após a sua reunificação na década de 1990. Em decorrência disso, destacam-se como objetivos específicos: elucidar o processo de reunificação alemã do ponto de vista econômico; compreender como os princípios da Economia Social de Mercado influenciaram o desenvolvimento da Agenda 2010; entender como a Alemanha aplicou tais medidas e obteve êxito em impulsionar a economia nacional.

Assim sendo, já delimitado o problema de pesquisa a ser desenvolvido, assim como os objetivos a serem alcançados no presente estudo, é preciso enfatizar os aspectos metodológicos envolvidos na pesquisa acadêmica a ser realizada. Este artigo utilizou uma vertente de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e cuja proposta de desenvolvimento tem seu alicerce na pesquisa bibliográfica e documental.

A decisão pela pesquisa qualitativa dá-se pela característica desta em analisar os fatos respeitando as suas próprias singularidades (LIMA, 2008). Para a realização de uma pesquisa científica de vertente qualitativa e caráter exploratório, é também necessário o uso de técnicas de pesquisa que melhor se adequam ao tipo de estratégia metodológica a ser utilizada concomitante com o objetivo proposto para o presente estudo. Para este artigo, a proposta para o desenvolvimento do método escolhido será o uso de técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Vale ressaltar que ambas as técnicas, além dos benefícios que proporcionam, são aquelas que melhor se adaptam ao tema escolhido para o presente estudo, uma vez que são as mais maleáveis para pesquisas de caráter exploratório (GIL, 2014).

A REUNIFICAÇÃO DA ECONOMIA ALEMÃ

Em outubro de 1990, a República Federal da Alemanha (RFA) incorporou oficialmente a República Democrática da Alemanha (RDA) (OSÓRIO, 2010). Dessa forma, a Alemanha, que antes estava na fronteira oriental europeia, voltou a ser o seu centro, reconstituindo o Mittle Europa (VIZENTINI, 2007). A reunificação alemã, que já havia existido como Estado único

* Graduada em Relações Internacionais pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-Sul). E-mail: barbara.hackmann@gmail.

até 1945, deu fim à divisão imposta por Postdam e pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial (FERNANDES, 2014). Essa junção da parte ocidental com a oriental assumiu um caráter de imposição dos padrões e instituições ocidentais, começando, segundo Vizentini (2007) com a Constituição da RFA, que se tornou a carta magna do país reunido. Na esfera política, houve demissão em massa dos membros do governo socialista, além da erradicação das instituições sociais da RDA e do desmonte da economia (VIZENTINI, 2005). Desenvolveu-se, assim, no país uma espécie de racismo intrínseco entre o próprio povo, com os Össis (alemães orientais) sendo tratados como cidadãos de segunda categoria pelos Wessis (alemães ocidentais); além disso, o tratamento da anexação da parte socialista como território conquistado fez com que críticos ao processo político da reunificação chamassem o acontecimento histórico de “novo Anschluss”, em uma clara alusão à anexação da Áustria por Hitler em 1938 (VIZENTINI, 2005).

No plano europeu, a reunificação alemã representou a “modificação geopolítica de posição marginal que ocupou durante o período da Guerra Fria” (PFETSCH, 1997, p. 179). Nota-se que a Alemanha conseguiu retomar a sua posição de liderança e de influência no continente o que, conforme Vizentini (2007), deu-se pelo vácuo de poder no leste europeu. Com aumento de população, território e potencial econômico (PFETSCH, 1997), a nova Alemanha teve impacto geopolítico, tornando-se líder no processo de integração europeia e de expansão para o leste (MENDES e PEDROTI, 2009). O grande trunfo alemão estava, e ainda reside, na economia, enquanto um poder comercial e civil no sistema internacional, desempenhando um papel de país exportador (LOHBAUER, 2000). O ponto chave para que a integração das duas Alemanhas, divididas inclusive fisicamente, é o desenvolvimento do chamado capitalismo coordenado (STREECK, 1999), ou capitalismo socialmente integrado (SOSKICE, 1999), caracterizado por uma articulação institucional única (GUIMARÃES, 2006).

Pela terceira vez no século XX, a Alemanha se tornou o centro da história europeia (VIZEN-

TINI, 2007), passando de um anão político, segundo Brandt (OSÓRIO, 2010), mesmo com potencial econômico, para um lugar de articulação de influência político-econômica. A própria expansão das fronteiras da União Europeia para o leste e norte representa a força da liderança alemã, assim a Östpolitik de Brandt lançada em 1969 (OSÓRIO, 2010) começou a apresentar os seus frutos.

A reunificação alemã representou um elevado custo econômico, em parte, pela deterioração prévia da economia da RDA (FERNANDES, 2014). Com o “Relatório sobre a Situação Econômica da RDA e Respektivas Consequências” divulgados em outubro de 1989, tornou-se conhecida a situação da Alemanha Oriental. As condições econômicas, em resumo, estão explicadas no trecho que segue:

[...] o país aproximava-se da bancarota, a dívida do Estado tinha ascendido aos cento e vinte e três bilhões de marcos Ocidentais em 1988 – em contraste com os doze bilhões de marcos de dívida existentes no ano de 1970 –, as dívidas diretas a Estados Ocidentais e a bancos aumentara de dois bilhões para quarenta e nove bilhões de marcos em igual período. As instalações industriais podiam, efetivamente, ser classificadas como sucatas, plenas de máquinas arcaicas, sendo que metade das infraestruturas dos transportes se encontrava mesmo em decadência. Em síntese, para se evitar um ainda maior endividamento, a solução passaria por baixar o nível de vida, em cerca de 25 a 30%, o que associado a crescente descontentamento social, tornaria a RDA ingovernável (FERNANDES, 2014, p.100).

Dessa forma, a reunificação alemã veio acompanhada de um elevado custo econômico para a RFA, acarretando, entre 1989 e 1992, uma queda de cerca de 30% do PIB, de mais de 60% do valor agregado da indústria caiu mais de 60%, e uma elevação de 65% do desemprego. (BURDA; HUNT, 2001). Para compreender como a Alemanha foi de um país devastado economicamente para uma potência geoeconômica (DUSTMANN et al., 2014), é necessário, primeiro, estudar os preceitos do modelo econômico alemão. O capitalismo coordenado (STREECK, 1999) tem as suas raízes na Economia Social de Mercado (BWMI, 2015).

A economia política alemã, desde meados

do século XX, tem sido baseada no conceito de economia social de mercado - soziale Marktwirtschaft - cujas raízes estão no mandato de Erhard como Ministro de Economia da RFA entre 1949 e 1963. A premissa básica desse modelo é: proteger a liberdade de todos os participantes do mercado, tanto no lado da demanda quanto da oferta, ao mesmo tempo em que se garante uma forte rede de segurança (BWMI, 2015). Entretanto, alguns preceitos podem ser observados no século XIX, quando, conforme Guimarães et al. (2014), Bismarck concedeu direitos aos trabalhadores do país ao mesmo tempo em que almejava apoio político em um contexto não democrático. Müller-Armack, diretor para problemas fundamentais da política econômica entre 1952 e 1958, sendo nominado Secretário de Estado para Política Europeia em 1958, juntamente com Erhard, desenvolveu o modelo alemão de Economia Social de Mercado (ESM), tendo sido igualmente o primeiro a usar o termo e explicá-lo de maneira teórica (BWMI, 2015). O início do sistema se deu pela disputa no Bundestag (Parlamento Alemão) entre os partidos SPD, que flertavam com o socialismo e uma economia planificada; o CDU, que desejava a socialização de indústrias primárias; e o FDP, que se impunha a qualquer mudança de viés socialista. Assim, o ESM de Erhard e Müller-Armack surgiu também com o intuito de manter a estabilidade política no país e de conceder para ambos os lados soluções que pudessem ser aplicadas em conjunto por contrárias ideologias (SCHLECHT, 2008).

Após a Segunda Guerra Mundial, o modelo assumiu sua forma mais inclusiva, com a existência de canais institucionais de participação popular, através dos trabalhadores, e com a concomitante consolidação do Estado de Bem-Estar Social (GUIMARÃES et al., 2014). Dentre as consequências diretas disso está o destaque que a RFA obteve na conquista de novos mercados internacionais em setores industriais e no caráter mais igualitário que o seu capitalismo adquiriu. O ESM possui dois alicerces: o livre mercado e o forte welfare state (BWMI, 2015). O termo Economia Social de Mercado remete a um conceito e modelo desenvolvido na Alemanha Ocidental a partir de 1948, sendo a base

da política econômica nacional. Com a reunificação alemã, o Tratado entre as duas partes estabeleceu o ESM como sistema a ser seguido na união monetária, econômica e social entre os países (QUAAS, 2008). A esfera econômica do modelo é caracterizada pela propriedade privada, pela competição, pela liberdade de formação de preços e pela liberdade de movimento de trabalho, capital e serviços (Artigo 13 do Tratado de Reunificação). Já a esfera social é marcada pela ordem do mercado de trabalho que deve ser compatível ao ESM e ter um vasto sistema de seguridade social baseado nos princípios de justiça, de realização e de compensação social (Artigo 14 do Tratado de Reunificação). Para Müller-Armack, e os demais teóricos da Escola de Freiburg, o ESM é a combinação do princípio de livre mercado (caráter liberal) com a balança e responsabilidade social, não sendo um modelo fechado, mas sim aberto às mudanças e reformas que a sociedade ache necessárias (QUAAS, 2008). Assim, verifica-se que a liberdade e a justiça são conceitos complementares e não excludentes, devendo ambos ser levados em consideração para a consolidação de uma política econômica nacional.

Com a reunificação alemã, que esteve marcada pela crise do fordismo e da competição em âmbito internacional, houve a necessidade de se realizarem reformas estruturais (GUIMARÃES et al., 2014). Dentre as mudanças estabelecidas, nas empresas, os trabalhadores ganharam conselhos e canais de participação com o intuito de fortalecer a relação entre as partes. Com a separação, na esfera empresarial, entre propriedade e controle, o controle familiar foi seguido pela participação de outras firmas e bancos (GUIMARÃES et al., 2014). Segundo Streeck (2005), isso desenvolveu uma estrutura de ações entre as partes que, mesmo que tenha colaborado para a concentração de capital, favoreceu a disponibilização de capital a riscos mais baixos, contribuindo para o alto nível de alavancagem das corporações alemãs.

Conforme Streeck (2005), a estrutura institucional do pós-guerra aferiu às articulações já existentes traços mais democráticos, tornando os trabalhadores em parceiros e as concessões em direitos. Assim, foram assumidas funções

em âmbito empresarial e nacional, além da participação em negociações de ajustes salariais e do desempenho de funções quase públicas. No espectro empresarial, essas práticas de codeterminação surgiram dando força ao corpo de funcionários perante os conselheiros e diretores sobre assuntos salariais, de demissão e contratação e de condições de trabalho (GUIMARÃES et al., 2014). Dessa forma, por mais que fosse um regime de mercado, e as empresas fossem movidas pelo seu lucro, elas tinham responsabilidades para com os trabalhadores (STREECK, 1997). A economia alemã, em consequência dessa relação única entre empresa-trabalhador, desenvolveu-se alicerçada em trabalho qualificado nas indústrias de alto valor agregado. Segundo Soskice (1999), a competitividade alemã está baseada em bens e tecnologias em setores estabelecidos, como maquinário, indústria química, bens de capital e equipamentos de transporte. Entretanto, o sistema, em decorrência dos grandes artefatos políticos e de negociação entre as partes, é pouco produtivo e eficiente no que tange à inovação rápida em resposta aos sinais do mercado (GUIMARÃES, 2006).

Com a reunificação alemã e o seu elevado custo econômico, o então governo de Kohl percebeu que havia necessidade de estabelecer mudanças no sistema existe em ambos os lados, visando ao crescimento e desenvolvimento econômico. Vale ressaltar que uma das razões para as quais a RFA teve o controle sobre o processo de reunificação, segundo Guimarães et al. (2014), é que havia uma perda de legitimidade do regime comunista e uma fraqueza nessa sociedade civil, já que não havia apoio por parte das instituições nacionais na resolução de problemas político-econômicos. Dessa forma, frente os problemas de deterioração econômica e intenso fluxo migratório para as regiões mais ricas, Kohl implementou algumas medidas básicas como paridade cambial, pacotes de privatizações e investimentos estruturais (GUIMARÃES, et al., 2014).

Esses dispositivos proporcionaram, segundo Straubhaar (2008), aumento nos rendimentos e melhorias na qualidade de vida dos cidadãos do Leste, duplicando, entre 1991 e 2006, a renda per capita. Em certas regiões

metropolitanas, como Berlim, Leipzig e Dresden, a modernização produtiva levou à formação de centros economicamente dinâmicos. Entretanto, o governo não calculou bem os custos do processo de transição para um ESM (GUIMARÃES et al., 2014). Conforme Mendes e Pedroti (2009), as empresas do leste, que eram menos produtivas, enfrentaram enormes dificuldades em consequência dos maiores custos de mão de obra e do câmbio valorizado, fazendo com que o desemprego aumentasse significativamente. Os custos fiscais e macroeconômicos também foram substanciais, dentre os quais houve a transferência de recursos e o aumento de gastos com seguro de desemprego (MENDES e PEDROTI, 2009). Isso acarretou um crescimento da dívida pública de 41,5% do PIB, em 1991, para 61,5% do PIB, em 1997 (GUIMARÃES et al., 2014). Mesmo com os pontos negativos da reunificação, como a absorção de custos financeiros pelo Tesouro da RFA - estimados em € 1,6 trilhões em duas décadas -, a união das duas Alemanhas possibilitou o fortalecimento da importância populacional, econômica e política do país dentro da então Comunidade Econômica Europeia (ECONOMIST, 2011).

Uma década após a reunificação alemã, o PIB per capita dos estados orientais, chamados de Länder, incluindo Berlim, teve um aumento de 65,3%, e uma das principais razões para que isso se tornasse possível foi a transferência dos superávits do oeste (BURDA e HUNT, 2001). Essa transferência de renda entre oeste e leste foi desenvolvida pelo Bundesbankem um programa de recuperação econômica da nova Länder, o “Gemeinschaftswerk Aufschwung-Ost”, que possibilitou, no ano de 1990, o despendido por parte ocidental de 12 bilhões de marcos alemães (BUNDESBANK, 1990). Com isso, cerca de 81% dos Össis viram a sua renda crescer durante o período de transição econômica (BEBLO et al., 2001). A integração entre dois territórios de características estruturais e nível de desenvolvimento diferentes expõe os desafios na realização dessa união de caráter político, econômico e social. Analisando somente da segunda esfera, após mais de 40 anos forçadamente separados, a reunificação nacional teve diversas implicações

para o Bundesbank. Após o Tratado de Estado, que estabeleceu legalmente a união nas três esferas, essa instituição ficou encarregada de fazer o marco alemão ocidental a moeda única nacional, expandindo sua zona de aplicação de políticas econômicas - incluindo fiscal e monetária -, ao mesmo tempo em que a RDA aderiu à maior parte da legislação econômica ocidental, além de modelar o seu sistema social a partir da RFA (BUNDESBANK, 1990).

Muitos custos não foram previamente calculados, como a defasagem e a ineficácia do sistema industrial oriental, a sua dívida pública, a falta de estoque de capital, seus déficits orçamentários e seu já crescente desemprego (BUNDESBANK, 1991), o que fez com que a RFA desenvolvesse diversos pacotes fiscais a fim de conter a deterioração econômica da Länder e promover o seu desenvolvimento (BUNDESBANK, 1992). Essas medidas incluíam pacotes de resgate em bilhões de marcos alemães, além de incentivos para programas de qualificação técnica trabalhista e para o crescimento de empresas (BUNDESBANK, 1992). Junto a isso, segundo Burda e Hunt (2001), houve privatizações e reestruturações de empresas estatais, além de aumento de salários. A Alemanha Oriental veio igualmente a herdar as instituições ocidentais relevantes para a construção de um país, tais como a política, a econômica, a monetária, a bancária e a industrial (BURDA e HUNT, 2001).

No período imediatamente posterior à reunificação, a parte oriental, entretanto, sofreu com a competitividade das outras empresas, com o elevado desemprego acarretado pela falência da maioria das firmas - a produção industrial caiu dois terços em dezoito meses (SIEBERT, 1992). As transferências ocidentais públicas e privadas para a nova Länder, que somaram até 1999 mais de 1,5 trilhão de marcos alemães, não estavam focadas somente na parte do consumo. Também foram transferidos bilhões com o intuito de melhorar o capital físico das indústrias orientais, que antes usavam tecnologia obsoleta e máquinas com baixa produtividade (BURDA e HUNT, 2001).

Até o fim do século XX, a nova Länder sofreu diversas mudanças: as cidades foram renovadas, a infraestrutura foi restaurada ou con-

struída - tais como ruas, rodovias, aeroportos, sistema de eletricidade, de água potável, de saneamento básico e de telecomunicação -, e o nível de qualidade de vida subiu substancialmente (SINN, 2002). Em consequência do alto índice de competitividade das firmas ocidentais, o desemprego subiu, como já mencionado anteriormente, mas houve concomitantemente a isso uma elevação na produtividade (SINN, 2002), que, segundo Barrell e Velde (1999), entre 1990 e 1997, teve um aumento real de quase 80%. Além disso, houve um investimento massivo na parte oriental a uma taxa acima de 40% do PIB da Alemanha Oriental, atingindo seu ápice entre os anos 1992 e 1995 (SINN, 2002). Isto se deu devido a política adotada pelo Bundesbank em realizar investimentos na região para equiparar o nível de desenvolvimento entre as partes, com o intuito de estabilizar a economia pós-reunificação (BUNDESBANK, 1991).

O desenvolvimento da Alemanha Oriental se deu, em grande parte, através de recursos transferidos pela parte ocidental. A absorção agregada - os recursos usados por famílias, investidores, firmas e governo - foi maior do que a produção (PIB) da Länder entre os anos de 1991 e 1999, sinalizando um enorme déficit orçamentário (SINN, 2002). Outro problema macroeconômico da nova Länder foi o aumento da dívida pública. Em 1998, o gasto público per capita era 19% maior do que o antecessor à reunificação, ao mesmo tempo em que a receita de taxas era 26% menor (SINN, 2002). Segundo Seitz (1999), em 1998 a dívida per capita da nova Länder tinha superado o índice da parte ocidental, mesmo que inexistisse praticamente endividamento público em 1990. Isso pode colocar em dúvida a sustentabilidade da economia da Alemanha Oriental que, segundo Sinn (2002), possuía níveis de dívida maiores do que outros países vulneráveis ao sistema financeiro internacional, como México, Polônia e Hungria.

Devido aos elevados custos de reunificação, no fim da década de 1990 e início do século XXI, a Alemanha era conhecida como “the sick man of Europe” (ECONOMIST, 2004). Durante 1998 e 2005, inclusive, o crescimento médio anual do PIB era de apenas 1,2%, incluindo uma recessão em 2003 (DUSTMANN et al., 2014), além do

desemprego ter subido. A fim de superar esse período de baixo crescimento econômico, a Alemanha negociou e lançou a chamada Agenda 2010, com o intuito de tornar a economia nacional mais competitiva e flexível (GUIMARÃES, 2006). Esse programa foi projetado conjuntamente pelo Bundestag e pelo Bundesbank foi iniciado em 2002, visando recuperar a economia alemã até 2010 (BUNDESBANK, 2003).

Dessa forma, o governo alemão se esforçou para reduzir os custos do welfare state, gerar empregos e tornar, ao mesmo tempo, o modelo econômico mais flexível e dinâmico (GUIMARÃES, 2006). Assim, as medidas adotadas pela Agenda 2010 incluem redução na taxa tributária, redução da burocracia e desenvolvimento de amplas reformas no sistema de Estado de bem-estar social (BUNDESBANK, 2003). De maneira sucinta, o governo procurou reduzir os gastos na saúde e reformar o sistema de seguridade social; com o intuito de torná-lo sustentável, aumentou a idade de aposentadoria, além de reduzir os benefícios e o prazo de recebimento do seguro desemprego, adotando, inclusive, punições para aqueles que recusassem uma proposta de emprego (GUIMARÃES et al., 2014). Isso acaba por incentivar a reinserção no mercado de trabalho, já que o cidadão pode sofrer sanções em caso de recusa, mesmo que não seja na sua área de atuação e expertise. As reformas também visam reduzir os custos e dar maior flexibilidade ao mercado de trabalho, aumentando a capacidade de absorção de jovens trabalhadores; junto a isso, procura fortalecer o programa de treinamento e capacitação, além de reduzir os gastos empresariais com encargos trabalhistas e reduzir a proteção contra a demissão, ao mesmo tempo em que permitia a existência de trabalho por tempo determinado e com baixo salário (BUNDESBANK, 2003). Ademais, as ações governamentais supracitadas visam centrar os esforços e aumentar os investimentos na parte de pesquisa e desenvolvimento e educação voltados para a inovação, além de reduzir a burocracia empresarial a fim de tornar o país mais atrativo para investidores (BUNDESBANK, 2003).

Dessa forma, uma das principais razões pelas quais a Alemanha conseguiu se reerguer

economicamente refere-se às reformas no mercado de trabalho, iniciadas com as chamadas de reformas Hartz e consolidadas com Agenda 2010 (DUSTMANN et al., 2014). Assim, a reestruturação trabalhista juntamente com o aumento de produtividade impulsionaram a competitividade alemã frente aos seus vizinhos de bloco e ao restante do mundo. Alguns anos após as reformas, conforme Guimarães et al. (2014), houve queda na taxa de desemprego e no desemprego a longo prazo, indicando uma maior sensibilidade da criação de empregos e ao crescimento econômico.

As práticas de codeterminação, existentes no país desde a consolidação do ESM com Erhard, no século XX, dão maior representação aos trabalhadores nas decisões das firmas, enquanto os sindicatos e associações empresariais participam em âmbito de discussão nacional (GUIMARÃES et al., 2014). Esses arranjos contribuíam para as vantagens comparativas alemãs e para o seu desempenho exportador, mas as dificuldades econômicas desde a década de 1970 e a crise do modelo fordista até a reunificação nacional e o seu elevado custo fizeram com que fosse desenvolvido um programa a fim de, segundo o Bundesbank(2003), manter os avanços sociais atingidos no país e dinamizar a economia doméstica.

Conforme a Economist (2012), o custo do trabalho na Alemanha, entre os anos de 2000 e 2008, caiu 1,4%, demonstrando o resultado das reformas aplicadas a partir da Agenda 2010. Entretanto, observa-se que essa mudança só foi possível pela negociação entre governo, empresas e sindicatos a fim de conseguirem juntos superar o período de dificuldade econômica. O sistema já adotado no ESM, com a elevada participação dos trabalhadores desde a questão salarial até a parte de contratação/demissão, fez com que o esforço fosse mútuo e, justamente por não ser unilateral, obteve sucesso. Assim, pode-se concluir que a Alemanha, através da Agenda 2010, colocada em prática desde o final de 2002, realizou uma espécie de pacto social com os seus trabalhadores, no qual a legislação trabalhista ficaria mais flexível, mas o resultado final projetado compensaria pelo crescimento econômico. A Economist (2011) cita que as res-

postas alemãs a momentos de complicações, evidenciadas pela crise europeia iniciada em 2008, devem-se as características distintas e únicas da engrenagem institucional, na qual há participação do governo, do mercado e do trabalhador - representando o lado social. Este último é capaz de fazer concessões, segundo Guimarães et al. (2014), concedendo legitimidade ao processo e facilitando a execução do pacote de ajustes. Os canais de participação continuam presentes, mas o trabalhador alemão está disposto a sacrifícios para o bem comunitário do país.

A Alemanha, após custoso e longo processo de reunificação econômica, conseguiu, novamente se tornar uma líder europeia. Apesar das medidas domésticas, segundo Guimarães et al. (2014), outro fator essencial para a consolidação alemã como poder econômico é a sua inserção internacional como meio de crescimento e desenvolvimento. O país, desde a sua reunião, tem estado inserido na União Europeia. O governo soube, então, aproveitar as oportunidades de expansão do bloco a favor do seu país, consolidando-o como uma nação exportadora (DUSTMANN et al., 2014).

A ECONOMIA ALEMÃ NA EUROPA

O desenvolvimento econômico alemão está alicerçado também na sua inserção internacional. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a derradeira divisão na nação, e o boom econômico vivenciado na década de 1950, a RFA conseguiu legitimar a sua Economia Social de Mercado e estimular a ideia de um mercado comum europeu. Dessa forma, a integração continental foi uma estratégia adotada por Bonn para ganhar reconhecimento internacional e para se distanciar da política expansionista pela qual o país havia ficado conhecido. Desde então, a agenda de política externa alemã tem se assentado sobre a integração europeia, o multilateralismo, a parceria transatlântica e a reconciliação com os países do centro e do leste do continente (GUIMARÃES, et al., 2014).

Com a reunificação da Alemanha, ocorreu paralelamente a intensificação e aprofundamento da integração europeia, dando origem à União Europeia, com o Tratado de Maastricht, em

1992. Como já explicado, o processo de reunião teve uma imposição, pela parte ocidental, das suas instituições econômicas, políticas e sociais, fazendo com que a nova Länder adotasse a linha da economia social de mercado e os aparatos de política econômica da antiga RFA. Mesmo que a reunificação tenha tido um elevado custo, não previsto anteriormente, segundo a Economist (2012), o acontecimento fortaleceu a posição da Alemanha como poder econômico, político e demográfico na Europa - e, conseqüentemente, na então Comunidade Econômica Europeia.

Nesse contexto, conforme Mendes e Pedrotti (2009), os agentes nacionais alemães perceberam que as fragilidades institucionais do bloco europeu, acrescidas à força econômica e à maior população continental, favoreciam o aumento da influência da esfera de poder do país. Em 1992, somente dois anos após a consolidação da reunificação alemã, com as bases bem delimitadas da UE, foi pavimentado um caminho para adoção de uma moeda única comum (GUIMARÃES, et al., 2014). Naquela conjuntura, ao apoiar a criação do BCE - e abrir mão da soberania monetária e cambial exercida pelo Bundesbank -, a Alemanha passou a balizar, segundo Guimarães et al. (2009), de maneira formal e informal, a política monetária europeia.

Nesse cenário, Katzenstein (1997) afirma que a Alemanha adquire considerável vantagem ao tornar, e manter, a UE como a principal meta e instrumento da sua projeção externa. Consta-se, assim, que o país busca atingir os seus interesses internacionais, e projetar os seus nacionais, a partir da Europa, procurando promover os seus interesses de longo prazo através da influência que exerce nas relações interinstitucionais. Um exemplo disso é o grande controle que Frankfurt exerce sobre a política monetária europeia, induzindo, conforme Straubhaar (2008), a adoção de medidas nos mesmos moldes daquelas adotadas anteriormente pelo marco alemão.

Com a criação do Euro, os países periféricos do bloco adotaram uma moeda comum com paridades que sobrevalorizaram àquelas nacionais que foram substituídas (NUNES, 2012). Conforme Scheller (2004), a taxa de conversão do marco alemão para o euro era de um euro para 1,95 marco alemães; enquanto, na Espanha,

o equivalente eram 166,38 pesetas. Assim, segundo Nunes (2012), os Estados periféricos começaram a exportar em uma moeda forte, tornando os seus produtos mais caros. Em contrapartida, segundo Lapavitsas et al. (2010), o interesse dos grandes países da zona do Euro em fazer do euro uma moeda forte, que fosse capaz de se afirmar como uma reserva em alternativa ao dólar estadunidense, culminou em uma valorização de 34,5% do euro em relação do dólar dos EUA. Isso foi benéfico para os países centrais que exportam bens de tecnologia e de alto valor agregado, embora, ao mesmo tempo, tenha prejudicado a capacidade de crescimento dos países mais periféricos e vulneráveis (NUNES, 2012).

Dentro desse cenário, a Alemanha foi o país mais beneficiado, aproveitando, além do aumento das suas exportações, a baixa do preço do barril do petróleo devido à valorização do euro (NUNES, 2012). Esses aspectos ajudam a compreender o motivo pelo qual a balança de transações correntes alemã, negativa após a reunificação, registrasse superávits a partir de 2002. Para Stockhammer (2010), com a adesão da moeda comum, houve o constante registro de elevadas divergências das taxas de câmbio reais entre os países da zona do Euro; relativamente aos países PIGS (Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha), calcula-se que a Alemanha tenha se beneficiado, desde 1999, de uma desvalorização de 20%.

No decorrer dos últimos anos, o comportamento alemão tem sido modesto em relação ao investimento, consumo, aumento de produção, criação de emprego, desenvolvimento científico e tecnológico e ganhos de produtividade; efeito disso é a estratégia exportadora adotada pelo país, desenvolvida em contexto da Agenda 2010 (NUNES, 2012). Segundo o Bundesbank (2002), esse modelo de medidas e políticas visava aumentar a competitividade externa a partir da flexibilização da legislação trabalhista. Para Lapavitsas et al. (2010), a zona do Euro tem sido, para a indústria exportadora alemã, um terreno de provação dos trabalhadores, que tiveram os seus salários reais diminuídos para aumentar a competitividade nacional no mercado global. Além disso, a força da indústria germânica reside em um conjunto de fatores que, articulados, permite que a Alemanha se destaque

perante os seus vizinhos de bloco. Essas forças incluem o grande mercado consumidor interno, uma infraestrutura moderna, uma mão de obra qualificada, a redução do custo da unidade de trabalho, um ambiente de pesquisa e de desenvolvimento produtivo e diversificado, uma alta quantidade de negócios de diferentes setores e tamanhos, um forte setor de pequenas e médias empresas contribuindo para a formação de clusters e o enfoque nas indústrias de alto valor agregado (BMW, 2010).

Considerando as medidas executadas por Berlim desde a Agenda 2010, é necessário verificar a questão do mercado de trabalho alemão. Os salários reais foram desvalorizados (NUNES, 2012), mesmo que tenha sido concomitante ao aumento da qualidade dos seus bens industriais (GUIMARÃES et al., 2014). Assim, segundo Grauwe (2012), entre os anos de 1999 e 2007, o Estado alemão realizou constantes desvalorizações no custo de trabalho a fim de retomar o crescimento nacional e aumentar os seus superávits comerciais e de contas correntes. Essas desvalorizações tiveram fim em 2008, com o início da crise europeia (GRAUWE, 2012). Para Grauwe (2012), isso explicita que essa política alemã só foi viabilizada graças aos desequilíbrios da zona do Euro que realocam os custos de crescimento dos países superavitários para os deficitários. Assim, mesmo com a desvalorização do trabalho, a Alemanha foi capaz de manter a sua expansão econômica devido aos saldos positivos que adquiria nas suas balanças comerciais e correntes, oriundas das suas relações com os países periféricos.

A estratégia exportadora, posta em prática com o governo de Schröder, garantiu superávits em relação aos principais parceiros comerciais do país, em que a zona do Euro absorve cerca de 40% das exportações alemãs (NUNES, 2012) e a união, como um todo, 60% (BMW, 2015); com os saldos positivos da balança de pagamento corrente alemã ocorreram concomitantemente déficits crescentes dos países periféricos (LAPAVITSAS et al., 2010). Uma parte desses saldos foi redirecionada para fluxos de capitais por parte da Alemanha, através de investimentos diretos nos países periféricos, empréstimos dos bancos alemães às instituições financeiras e aos

Estados desses mesmos países. Ponto que deve ser ressaltado é que parte desses financiamentos foi cedida com a condição de serem gastos na aquisição de bens exportados pela indústria germânica (NUNES, 2012). Assim, os países periféricos, e mais vulneráveis ao mercado internacional, financiaram o crescimento alemão após a sua reunificação, com constantes déficits comerciais favorecendo a estrutura econômica alemã.

A agenda econômica alemã está fortemente assentada no seu caráter exportador e na sua inserção na UE (BMW, 2015). Dessa forma, pode-se concluir que a Agenda 2010 foi bem sucedida, uma vez que atingiu os seus objetivos que dinamizar e tornar mais competitiva a economia nacional. As exportações, segundo Guimarães et al. (2014), são o verdadeiro centro dinâmico desse sistema, correspondendo a cerca de um terço do PIB anual do país. Com as suas taxas de crescimento de exportação entre as maiores do mundo desenvolvido, a principal responsável por isto foi a UE, já que os aumentos foram mais acentuados durante a formação e posterior expansão da zona do Euro (GUIMARÃES et al., 2014). Além disso, pode-se concluir que a Agenda 2010 surtiu efeito como planejado por Frankfurt, já que, desde a sua aplicação em 2002, a economia alemã tem aumentado consideravelmente o seu setor externo, para ambos os lados da balança, conseguindo sempre manter o país com um saldo positivo.

O desempenho exportador alemão está diretamente relacionado à estrutura do seu capitalismo coordenado, pela prática da Economia Social de Mercado através da Agenda 2010. Assim, o sucesso das suas firmas está ligado à relação entre bancos e empresas, à qualificação da mão de obra e às práticas de codeterminação (GUIMARÃES et al., 2014). Estas ações permitiram que fosse criado um ambiente de confiança entre as partes, fazendo com que os impactos negativos mercadológicos pudessem ser superados coletiva e eficientemente. Para Guimarães et al. (2014), os ganhos de competitividade

alemã estão relacionados com a alta produtividade e à qualidade e diferenciação dos produtos e não, especificamente, com a redução dos custos de trabalho. Além disso, o investimento na educação também contribuiu para o bom desempenho germânico, já que, segundo Porter (1993), as universidades e escolas técnicas tendem a se especializar nas áreas mais demandadas nas indústrias locais, contribuindo para um elevado grau de know how e conhecimento sobre estes pólos de produção.

Com a reunificação, a Alemanha não só buscou atingir os seus interesses pela economia, mas os definiu a partir dos seus termos (KUNDNANI, 2011). Assim, o poder econômico é uma possibilidade de se alcançar os seus objetivos nacionais em detrimento aos dos seus concorrentes (KAUSCH, 2012). A estratégia exportadora, que obtém sucesso a partir das balanças deficitárias dos países periféricos (NUNES, 2012), é um exemplo da agenda seguida pelo país. Com a Agenda 2010, aplicada no governo Schröder, através de suas medidas focadas no setor externo, na flexibilização da legislação trabalhista, no aumento da produtividade e no incentivo ao empreendedorismo por redução da burocracia e redução de taxas (GUIMARÃES, 2006), o país conseguiu consolidar as suas exportações para o bloco europeu. Tal dependência do mercado externo tem se intensificado desde a adesão ao euro (KAUSCH, 2012), o que explica também a brusca queda de crescimento no PIB em 2009 desde o início da crise da dívida soberana.

Dessa forma, a Alemanha tem se consolidado, especialmente com a adesão do euro e notoriamente com a crise europeia, como um poder geoeconômico¹. Dessa forma, no caso alemão, consolidou-se uma manipulação recíproca (LUTTWAK, 1990), na qual as firmas fazem lobby para que o governo estabeleça políticas que sejam de seus interesses, ao mesmo tempo em que ajudam a maximizar o crescimento econômico e a taxa de emprego, fatores chave para o sucesso alemão (KUNDNANI, 2011). Devido à sua estratégia exportadora, à sua agen-

1 Este, segundo Luttwak (1990), pode ser compreendido a partir da forma como o comércio veio a substituir os instrumentos bélicos para se alcançar os interesses nacionais, utilizando uma lógica de conflito no qual se visa ganhar através da economia ao mesmo tempo em que o outro Estado está perdendo. Assim, a natureza da geoeconomia é determinada pela relação entre o Estado soberano e o empresariado nacional, com os quais há uma coexistência a fim de se atingir um bem maior para o país (KUNDNANI, 2011).

da voltada para a UE e à sua expansão, e como tudo isso está atrelado ao seu interesse econômico, o Estado alemão consolidou-se como um país poderoso e influente a partir da sua linha de atuação geoeconômica. As suas ações voltadas para o bloco europeu estão de acordo com Berlim e Frankfurt, com as suas posições sendo conhecidas e divulgadas desde a sua reunificação. Conforme Kundnani (2011), a Alemanha é o exemplo mais puro de um poder geoeconômico no mundo, com a sua combinação única de assertividade econômica e comercial e abstinência militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Alemanha, desde a sua reunificação, colocou com pauta prioritária o exercício de poder na Europa através da vertente econômica. Mesmo com os custos elevados, o sucesso da reunião fez com que o Estado se tornasse novamente o principal ator europeu, inclusive em termo geoestratégicos. Após a imediata reunificação, a Alemanha tornou-se um país frágil economicamente, com diversos problemas macroeconômicos internos. Para conseguir alçar o país como uma força econômica, os princípios da Economia Social de Mercado foram colocados na Agenda 2010 a fim de proporcionar o desenvolvimento econômico do país.

A estratégia exportadora se insere nesse contexto de aumento da zona de influência de poder, que concomitantemente com o enfoque dado à UE, faz com que mais da metade das exportações alemãs tenham como destino o bloco europeu. Assim, infere-se que a Agenda 2010, com a diminuição dos salários dos trabalhadores, a flexibilização da legislação trabalhista, o incentivo ao investimento privado e o corte no welfare state, obteve o resultado esperado ao conseguir balanças comerciais favoráveis com todos os países vizinhos, mais notoriamente, os periféricos. Com um custo da unidade de trabalho mais competitivo que os seus vizinhos, a Alemanha ainda foi beneficiada pela sua alta produtividade. Além disso, um dos motivos pelo qual a estratégia exportadora alemã obteve sucesso foi em decorrência dos constantes déficits que os países periféricos experimentavam, os quais,

de certa forma, financiaram o crescimento e desenvolvimento alemão, já que possuíam grandes saldos negativos com os seus comércios com os germânicos.

A Alemanha, desde a sua reunificação, consolidou-se como uma força econômica no continente devido ao seu modelo único. Sendo implementados concretamente com a Agenda 2010, os princípios da Economia Social de Mercado foram capazes de alçar o país ao nível de maior economia do continente. Até o período imediatamente anterior à crise da dívida soberana, o país detinha os melhores índices macroeconômicos do continente - e assim se manteve após a eclosão crise em 2008. Com uma estratégia voltada ao desenvolvimento econômico, a Alemanha foi capaz de implementar o seu modelo *eser* bem-sucedida com tal. As reformas aplicadas através da Agenda 2010 estabilizaram e impulsionaram a economia alemã e, juntamente com a estratégia exportadora, foram responsáveis por obter um sistema de codeterminação capitalista no qual o governo, o setor privado e a sociedade colaboram e participam das decisões e ações da esfera econômica. Com um modelo único, que só é existente na Alemanha, o país conseguiu se tornar e permanecer como a maior economia europeia. A reunificação do país foi o ponto inicial para que o país assumisse o ofício de potência econômica e a ideologia nacional proporcionou os alicerces para se atingir tal objetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. **Germany on the mend.** The Economist. London, 17 de novembro de 2004. Disponível em < <http://www.economist.com/node/3352024>> Acesso em 5 de maio de 2016.

_____. **Modell Deutschland über alles.** The Economist. Frankfurt, 14 de abril de 2012. Disponível em <<http://www.economist.com/node/21552579>> Acesso em 10 de maio de 2016.

BEBLO, Miriam; IRWIN L.; COLLIER; KNAUS, Thomas. **The Unification Bonus (Malus) in Postwall Eastern Germany.** Discussion Paper 01-29. Mannheim, Germany: Zentrum für Eu-

ropäische Wirtschaftsforschung. 2001.

BECK, Ulrich. **A Europa alemã: a crise do euro e as novas perspectivas de poder.** 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

BMW. Disponível em <<https://www.bmw.de/EN/Topics/Economy/social-market-economy.html>> Acesso em 03 de maio de 2015.

BMW. **General Economic Policy, Industrial Policy In focus:** Germany as a competitive industrial nation Building on strengths – Overcoming weaknesses –Securing the future. Federal Ministry of Economics and Technology. Berlim, 2010.

BUNDESBANK. **Annual Report.** 1990.

BUNDESBANK. **Annual Report.** 1991.

BUNDESBANK. **Annual Report.** 1992.

BUNDESBANK. **Annual Report.** 2003.

BURDA, Michael C.; HUNT, Jennifer. **From Reunification to Economic Integration:** Productivity and the Labor Market in Eastern Germany. Brookings Papers on Economic Activity, 2:2001.

DUSTMANN, Christian; FITZENBERGER, Bernd; SCHÖNBERG, Uta; SPITZ-OENER, Alexandra. **From Sick Man of Europe to Economic Superstar:** Germany's Resurgent Economy. Journal of Economic Perspectives, vol. 28, n.1, pp. 167-188, 2014.

ECONOMIST. **State of the union:** Can the euro zone survive its debt crisis?. London: Economist Intelligence Unit. Março, 2011.

FERNANDES, Marisa. **A Reunificação Política da Alemanha (1989/1990):** No contexto das relações entre as Grandes Potências. Lusíada. Política Internacional e Segurança, n.º 10, pp. 83-123, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GRAUWE, Paul de. **In search of symmetry in the Eurozone.** Centre for European Policy Studies. No. 268, Maio 2012.

GUIMARÃES, Alexandre Q.; BARBOSA, Flávio C.; COSTA, Guilherme O.; NATALINO, Enrique; NETO, Paulino O. **Alemanha: o modelo de capitalismo social e os desafios no limiar do século XXI.** Rev. Sociol. Polit., v. 22, n. 51, p. 55-75, set. 2014.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. **O capitalismo coordenado alemão:** do boom do pós-guerra à Agenda 2010. Lua Nova. 2006. São Paulo. Lua nova, 66, pp 23-56.

KATZENSTEIN, P. 1997. **United Germany in an Integrated Europe.** Current History, 96, pp. 116-123.

KAUSCH, Kristina. **A geo-economic Germany? Challenges for European Foreign Policy,** pp. 45-52. 2012.

KUNDNANI, Hans. **Germany as a Geo-economic Power.** The Washington Quarterly. Center for Strategic and International Studies, vol. 34, n. 3, pp. 31-45, 2011.

LAPAVITSAS, Costas; KALTENBRUNNER, A.; LAMBRINIDIS, G. e outros. **The eurozone between austeriry and default.** RMF Occasional Report, set, 2010.

LAPAVITSAS, Costas; KALTENBRUNNER, A.; LINDO, D. e outros. **Eurozone crisis: beggar thyself and thy neighbor.** RMF Occasional Report, mar, 2010.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica.** 2ª Ed. Rev. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2008.

LOHBAUER, Christian. **Os desafios da Política Externa Alemã Contemporânea.** In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). Alemanha: visões brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. 2000. p. 301-322.

LUTTWAK, Edward. **From geopolitics to geo-economics.** The National Interest, pp 17-24. Reprinted in The New Shape of World Politics. New York: Norton. 1990.

MENDES, R.; PEDROTI, P. **Alemanha: a internac**

ionalização recente e o papel das instituições na entrada do século XXI. In: J.C. Cardoso Júnior; L. Acioly, eds. *Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas*. Brasília: IPEA. 2009.

NUNES, António José Avelãs. **A crise atual do capitalismo:** capital financeiro, neoliberalismo, globalização. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. Coleção Direito Europeu, vol. 3.

OSÓRIO, Luiz F. B. **O Dilema Alemão no Sistema Interestatal Capitalista Contemporâneo.** XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO. Julho de 2010.

PFETSCH, Frank R.. **A Política Externa da Alemanha após a reunificação.** *Rev. bras.polít. int.* 1997, vol.40, n.1, p. 178-192.

PORTER, M. **A vantagem competitiva das nações.** Rio de Janeiro: Campus. 1993.

QUAAS, Friedrun. Social Market Economy: an introduction. In: HASSE, Rolf H.; SCHNEIDER, Hermann; WEIGELT, Klaus (eds). **Social Market Economy:** history, principles and implementation - from A to Z. Alemanha: Ferdinand Schöningh, 2008. Pp. 393-395.

SHELLER, Hanspeter K. **The European Central Bank:** history, role and functions. European Central Bank. 2004.

SCHLECHT, Christian Otto. **Social Market Economy:** political implementation. In: HASSE, Rolf H.; SCHNEIDER, Hermann; WEIGELT, Klaus (eds). *Social Market Economy: history, principles and implementation - from A to Z.* Alemanha: Ferdinand Schöningh, 2008. Pp. 401-407.

SEITZ, H. **Where Have All the Flowers Gone?** *Die öffentlichen Finanzen in den neuen Ländern, Ifo Schnelldienst* 32-3 (1999): 26-34.

SIEBERT, Horst. **Das Wagnis der Einheit:** Eine Wirtschaftspolitische Therapie. Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt. 1992.

SINN, Hans-Werner. **Germany's Economic Unification:** An Assessment after Ten Years. *Review of International Economics*, 10(1), 113-

128, 2002.

SOSKICE, David. **Divergent production regimes:** Coordinated and uncoordinated market economies in the 1980s and 1990s. In: KITSCHELT, Herbert; LANGE, Peter; MARKS, Gary e STEPHENS, John (Ed.). *Continuity and change in contemporary*

STOCKHAMMER, Engelbert. **Neoliberalism, income distribution and causes of the crisis.** Disponível em <http://researchonmoneyandfinance.org> versao 0.6, 17 junho 2010.

STRAUBHAAR, T. **A Alemanha como praça econômica.** In: ALEMANHA. *Perfil da Alemanha.* Berlim: Ministério das Relações Exteriores. 2008.

STREECK, Wolfgang. **German capitalism:** does it exist? Can it survive? In: CROUNCH, Colin e STREECK, Wolfgang (Ed.). *Political economy of modern capitalism.* London: Sage Publications, p. 33-54, 1997.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **História do Século XX.** 3. ed. ampl. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **O mundo pós-guerra fria:** globalização, guerra ao terror e multipolarização. Porto Alegre: Leitura XXI, 2005.